



## Davi Alcolumbre vai presidir o Senado pelos próximos 2 anos

Em seu primeiro mandato como senador, Davi conquista a presidência e promete que vai comandar a Casa com transparência e com disposição para o diálogo

O senador Davi Alcolumbre foi o escolhido no sábado, por 42 dos 81 senadores, para presidir o Senado até janeiro de 2021. Ele prometeu comandar a Casa com transparência e “sem revanchismo”. Nove senadores se candidataram, mas quatro desistiram da disputa, uma das mais concorridas na história do Senado.

Pelo Twitter, o presidente da República, Jair Bolsonaro, o cumprimentou e disse esperar que Davi contribua para que o governo transforme em ações “o sentimento de mudanças que a população expressou nas últimas eleições”. **4 e 5**



Pedro França/Agência Senado — 2/2/2019

Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Davi Alcolumbre, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Rodrigo Cunha e Major Olimpio: presidente pediu o apoio de todos os senadores

### Cerimônia de posse dos novos senadores inicia 56ª legislatura

Os 54 senadores eleitos em outubro passado tomaram posse na sexta-feira no Plenário. Eles representam dois terços da composição

da Casa e terão oito anos de mandato.

Diversas autoridades acompanharam a cerimônia no Plenário do Senado. **3**



Pedro França/Agência Senado — 1/2/2019

Senadores durante cerimônia de posse dos 54 eleitos em outubro de 2018

**Diferença entre bancadas diminui no Senado **3****

**Rodrigo Maia continua à frente da Câmara **6****

### Sessão solene inaugura hoje trabalhos legislativos

A abertura dos trabalhos legislativos será hoje, às 15h, quando Senado e Câmara se reunirão em sessão solene. Nela será lida a primeira mensagem presidencial de Jair Bolsonaro. **2**

### Congresso tem 23 MPs penderes de votação

Capital estrangeiro em aéreas, redução de ministérios e regras de pensão por morte são alguns dos temas de medidas provisórias na volta dos trabalhos legislativos. **7**

### ARQUIVO **S**



Reprodução/Biblioteca Nacional

Em 1918 parlamentares ouvem mensagem do presidente Wenceslau Braz

### Arquivo do Senado guarda todas as mensagens presidenciais

A tradição de enviar ao Congresso uma mensagem presidencial no dia em que o Legislativo inicia os trabalhos teve início em 1890, pelo marechal Deodoro da Fonseca. No documento, o presidente traça um panorama do país e elenca as

políticas públicas que serão priorizadas pelo governo.

O Arquivo do Senado guarda um exemplar de todas as mensagens presidenciais que, juntas, formam um compêndio de história dos 130 anos da República. **8**

## SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em [www.senado.leg.br/simplificou](http://www.senado.leg.br/simplificou)

# Senado e Câmara abrem hoje trabalhos legislativos

Na sessão solene que marca o início da atividade legislativa, o chefe da Casa Civil, ministro Onyx Lorenzoni, deve trazer mensagem do Executivo com as expectativas para o primeiro ano de governo

A ABERTURA DOS trabalhos legislativos será hoje, às 15h. Senado e Câmara se reunirão para uma sessão solene que marca a primeira sessão legislativa da 56ª legislatura. A sessão será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados.

A Constituição estabelece que o Congresso Nacional deve se reunir, anualmente, a partir do dia 2 de fevereiro, para inaugurar a sessão legislativa. Como em 2019 a data caiu em um sábado, a sessão de abertura ocorrerá no dia útil seguinte. A presença do presidente da República no evento não é obrigatória. Por razões médicas, o presidente Jair Bolsonaro não deverá comparecer.

Normalmente, o Palácio do Planalto envia uma mensagem por meio do chefe da Casa Civil, atualmente o ministro Onyx Lorenzoni. A mensagem do Executivo faz um panorama das metas e das perspectivas para o primeiro ano de governo e é considerada uma sinalização de boa convivência com o Congresso (veja reportagem especial na página 8).

A sessão deve contar também com a presença do vice-presidente da República, Hamilton Mourão.

Depois de lida a por um in-



Dragões da Independência e salva de tiros são tradicionais na abertura

tegrante da Mesa do Congresso, será a vez de o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, apresentar as prioridades do Judiciário para 2019. Em seguida, deverá falar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

A sessão será encerrada com o discurso do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que também preside o Congresso. As eleições para o comando da Câmara ocorreram na sexta-feira e para o do Senado, no sábado.

## Solenidade

De acordo com o coordenador-geral de Relações Públicas do Senado, Cefas Siqueira, haverá quase 150 pessoas envolvidas no cerimonial do evento. O número inclui servidores do Senado e da

Câmara, além de contratados especialmente para a ocasião.

A segurança também vai receber atenção especial. Além da Polícia Legislativa, haverá o apoio de policiais militares e das Forças Armadas. As áreas mais próximas da parte externa do Congresso ficarão isoladas, sendo proibido estacionar nesses locais.

O cerimonial da abertura do ano legislativo vem desde os tempos da inauguração da República. Cefas Siqueira informa que haverá passagem da tropa em revista, com a presença dos Dragões da Independência na rampa do Congresso e uma salva de 21 tiros de canhão, além da recepção de autoridades e a execução do Hino Nacional por duas bandas militares: uma na parte externa e outra no Plenário.

# Arquivo do Senado recupera documentos históricos do Império

O Senado vem realizando, nos últimos cinco meses, um trabalho de conservação e recuperação de documentos do Império brasileiro. Para isso, foram contratadas duas especialistas em conservação e restauração da Universidade de Brasília (UnB), por meio de convênio com a Casa. Elas se juntaram à equipe do Senado. O coordenador do trabalho, Junior Grosse, explica que a parte do acervo relativa ao Império corresponde somente a 2% do total do arquivo histórico permanente. De acordo com o servidor, a digitalização já foi iniciada e a intenção é de que o cidadão comum e os pesquisadores tenham acesso a todo o acervo por meio de consulta ao site do Senado.

O trabalho de identificar o estado de conservação dos documentos é feito em três etapas. Responsável pela tarefa, Ismail de Souza Carvalho Neto explica como funciona.

— Primeiro é feito um diag-

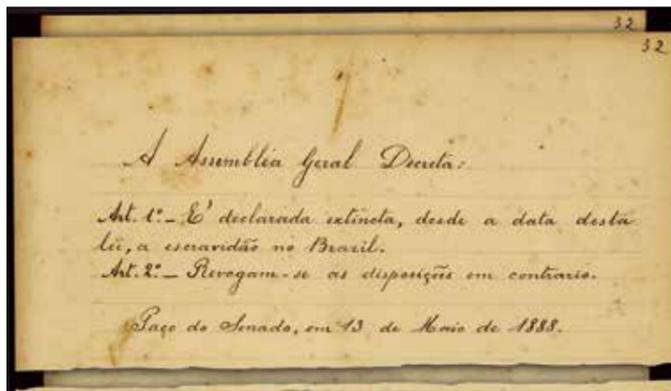
nóstico. Se o documento estiver em bom estado, será digitalizado, um trabalho delicado.

Caso o documento esteja parcialmente danificado, deve ser restaurado. Já aqueles documentos cujo estado de conservação for classificado como frágil serão separados para tratamento posterior.

— Existe uma cultura equivocada de que a obra de arte deve ser apenas preservada. Com isso se perde dinheiro e a obra de arte. O importante é conservar — afirma Ismail.

O trabalho de conservação, segundo ele, consiste em controlar as condições de temperatura, umidade e luminosidade a que o documento está exposto para que não se deteriore. As condições de armazenamento e manuseio também são importantes.

O trabalho de triagem da documentação está em fase final e deve se encerrar em um mês.



Documento original da Lei Áurea está sob a guarda do Arquivo do Senado

# Visitação institucional ao Congresso Nacional está fechada ao público até quarta-feira

A visita institucional do Congresso Nacional estará fechada até quarta-feira. O funcionamento voltará ao normal na quinta-feira. A interrupção temporária do serviço está relacionada a

duas solenidades: a posse dos senadores, que ocorreu na sexta-feira, e o início da 56ª legislatura, que acontece hoje, conforme explica o coordenador de Visitação Institucional do Senado, Tadeu Sposito.

# Livraria facilita compras e acesso a obras on-line

O site da Livraria do Senado está com novo visual, mais simples e intuitivo, novas funcionalidades e loja virtual com publicações a preço de custo e frete grátis. Além disso, a livraria oferece 121 obras virtuais para baixar gratuitamente.

O novo site tem ferramentas para que o internauta entre em contato com os responsáveis pela livraria para tirar dúvidas, enviar sugestões ou apresentar reclamações. O cliente pode também gerenciar sua conta, emitir segunda via de boletos e recuperar senha, funcionalidades que não eram disponíveis antes. A reformulação do site da livraria foi motivada pelo significativo aumento de clientes durante 2018.

O coordenador de Edições Técnicas, Aloysio de Brito, explica que a mudança otimiza o processo de compra e, com isso, reforça o papel social e institucional do Senado, já que os livros são vendidos por até um quinto do valor, se comparado ao mercado de livros em geral. Entre os meses



Site agora é adaptado a celulares e tem ferramentas de acessibilidade

de janeiro e novembro do ano passado, foram comercializados pela livraria virtual mais de 51 mil títulos.

A loja virtual é uma referência em obras legislativas e históricas, como *A História da Revolução Russa*, de Leon Trotsky. O portal vem se consolidando como um dos mais acessados da Casa.

— Desde 2017, os acessos ao site aumentaram em 200% e o download dos livros digitais gratuitos aumentou 1.000%. O crescimento é atribuído ao trabalho de marketing, especialmente nas mídias sociais,

para a divulgação dos títulos, além da disponibilização de mais publicações em formato eletrônico — esclarece Brito.

O novo design nasceu de um levantamento realizado por servidores da Casa, que avaliaram as tendências quanto ao serviço de *e-commerce*.

— O portal foi adaptado para o padrão de telas de celulares e tablets e oferece ferramentas de acessibilidade. A proposta é que haja flexibilidade para que o formato não se torne engessado — disse o chefe do Serviço de Multimídia, Thomas Gonçalves.

# Posse de senadores dá início à 56ª legislatura

Juramento foi lido por Jaques Wagner, o senador mais idoso da Bahia, primeiro estado a ser criado no Brasil, e pelo mais novo desta legislatura, senador Irajá, do Tocantins

OS 54 SENADORES eleitos em outubro passado tomaram posse na sexta-feira no Plenário. Eles representam dois terços da composição da Casa e terão oito anos de mandato.

Davi Alcolumbre (DEM-AP) presidiu os trabalhos. O senador foi o único integrante da Mesa remanescente do período anterior, quando foi terceiro suplente de secretário. No sábado, Davi seria eleito presidente do Senado.

O juramento de posse foi lido em Plenário por Jaques Wagner (PT-BA). O senador é o parlamentar mais idoso eleito pela Bahia, o primeiro estado criado no Brasil:

— Prometo guardar a Constituição federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de senador que o povo me conferiu e sus-



Único remanescente da Mesa passada, Davi (E) presidiu a reunião e, no sábado, foi eleito presidente do Senado

tentar a União, a integridade e a independência do Brasil.

De acordo com o Regimento Interno, os outros senadores não precisariam repetir o

juramento completo, mas Davi convidou para também ler o termo o mais novo entre os parlamentares eleitos em outubro, Irajá (PSD-TO).

— Vivemos momentos de renovação da política nacional. Por ser o mais jovem, convido o senador Irajá para fazer o juramento em nome

da juventude brasileira, que acredita em um país com menos injustiças e mais respeito a seu povo e sua gente — afirmou Davi.

Em seguida, os outros 52 parlamentares eleitos foram chamados a prestar o juramento e a repetirem, um a um: “Assim o prometo”.

Além de familiares e convidados dos senadores, diversas autoridades acompanharam a cerimônia no Plenário do Senado. Entre elas, os ministros Luiz Henrique Mandetta (Saúde) e Bento Albuquerque (Minas e Energia), o governador João Dória (São Paulo), o ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União, os ex-senadores Mauro Benevides e Rodrigo Rollemberg, o ex-governador Ciro Gomes (Ceará) e o ex-prefeito Gilberto Kassab (São Paulo).

## Familiares e amigos prestigiam cerimônia

Cerca de 3 mil pessoas, entre visitantes, parlamentares, funcionários e jornalistas, circularam pelo Congresso Nacional, de acordo com a Polícia Legislativa, para acompanhar a cerimônia de posse dos senadores. Entre os presentes, familiares e amigos convidados dos senadores assistiram à solenidade na sexta-feira.

Dos 54 senadores empossados (2 por estado), 46 não estavam no Senado no ano passado, o que significa uma renovação histórica, de cerca de 85%. Cada parlamentar teve direito a 45 convites, 1 para a tribuna de honra — 1 para as galerias e mais 15 para o Salão Negro, onde foram disponibilizados 850 lugares e 1 telão. Os demais ficaram nos gabinetes ou assistiram à posse no Auditório Petrônio Portella, cuja lotação, de 1,5 mil pessoas, ficou esgotada. Já no Plenário, estiveram presentes cerca de 200 pessoas.

### Orgulho

Mãe de Alessandro Vieira (PPS-SE), Jesus Vieira se mostrou orgulhosa pela conquista do filho, o primeiro da família. Ao destacar a votação expressiva que o senador obteve, quase 474,5 mil votos, ela ressaltou a preparação dele para o cargo: é delegado da polícia civil e foi delegado-geral da corporação no estado.

— O sonho dele é fazer a diferença. E ele já fez isso, inclusive, no processo seletivo para ocupação do gabinete. Então, a promessa e a expectativa para esse mandato são as melhores.

Segunda suplente de Mara



Convidados acompanham posse em telão instalado no Salão Negro

Gabrilli (PSDB-SP), Ivani Boscolo participou pela primeira vez de uma posse no Congresso. Ela se mostrou confiante de que Mara fará um bom trabalho e disse que atuará no escritório em São Paulo, apoiando os projetos da senadora.

Convidado de Luis Carlos Heinze (PP-RS), o presidente de uma cooperativa gaúcha de alimentação Dirceu Bayer afirmou que o senador é qualificado, tendo sido eleito com uma votação expressiva (2,3 milhões de votos).

— Bastante ligado ao segmento do agronegócio, ele foi muito prestigiado, especialmente, pelas cooperativas. Sabíamos que ele tinha chances de se eleger, mas, para nós, foi uma grata surpresa o reconhecimento maciço do povo gaúcho.

Filha de Arolde de Oliveira (PSD-RJ), Marina de Oliveira disse que a posse foi um momento muito aguardado pela família e amigos. Ela lembrou que insistia há muito tempo pela candidatura do pai a uma cadeira no Senado, mas ressaltou que o próprio parlamentar sempre

soube “aguardar o momento adequado para tudo”.

— Poucos vão entender o que significa para nós a alegria desse momento. Somos evangélicos, da Igreja Batista, e a nossa expectativa para esse mandato é a melhor possível. Afinal, depois de nove mandatos como deputado federal, certamente, ele está muito preparado para isso.

A convite de Eliziane Gama (PPS-MA), o jornalista Jeisael Marx esteve pela primeira vez no Congresso Nacional. Ele destacou a alegria de participar da posse da parlamentar que, segundo ele, foi eleita sendo pobre, mulher e sem fazer parte de nenhuma família tradicional na política.

— Eu acredito que será um bom mandato, até porque ela deve isso à população. Ela precisa ser diferente, inclusive, honrando a origem dela.

Um grupo de aproximadamente 40 militantes ovacionou Flávio Arns (Rede-PR), sob gritos de “o senador voltou”. Eleito com 2,3 milhões de votos, Arns havia sido senador entre 2003 e 2010, quando foi eleito vice-governador na chapa de Beto Richa (PSDB).

## Diferença entre bancadas partidárias diminui em 2019

A 56ª legislatura do Senado começou na sexta-feira com 16 bancadas representadas. A distribuição dos senadores entre elas mostra uma homogeneidade partidária inédita.

As bancadas dos maiores partidos diminuíram e o número de parlamentares em legendas de médio porte aumentou. A maior bancada, a do MDB, conta com 13 senadores, menor número já registrado para a maior legenda.

Em seguida vem o PSD, com dez. É a primeira vez que o segundo maior partido tem menos de 12 representantes.

O MDB e o PSD são as únicas bancadas que se descolam das demais, reunindo forças próprias que alcançam, sozinhas, pelo menos 10% da composição da Casa (9 senadores).

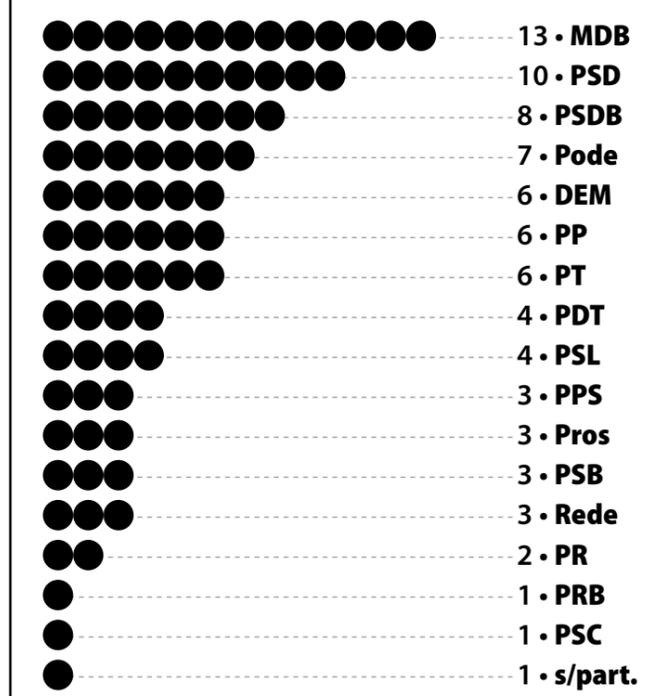
No lugar da concentração de senadores no topo, a Casa tem uma aglutinação nas bancadas intermediárias. Todos os demais partidos contam com 8 senadores ou menos. Ao todo, cerca de 72% — 58 parlamentares — estão filiados a um partido com representação pequena ou média na Casa.

A configuração ainda pode sofrer alterações, caso se confirme a tendência dos últimos anos. Entre 2015 e 2018, houve 44 mudanças partidárias por parte de senadores. Nos dias que antecederam a posse, já foram nove trocas de partidos.

As eleições de 2018 promoveram a maior renovação da história recente do Senado. Dos 81 senadores que iniciaram o ano legislativo, 49 não estavam na Casa.

### Bancadas 2019

Composição das bancadas do Senado em 3 de fevereiro



# Davi Alcolumbre é eleito presidente do Senado e adota tom conciliador

Em umas das eleições mais disputadas da Casa, senador do Amapá conquista cargo e promete dialogar com adversários e atuar sem revanchismo

COMOSVOTOS de 42 senadores, Davi Alcolumbre (DEM-AP) foi eleito no sábado presidente do Senado para os anos de 2019 e 2020. Ele cumprimentou os adversários e prometeu uma Presidência transparente e “sem revanchismo”.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) obteve 13 votos, Angelo Coronel (PSD-BA), 8, Reguffe (sem partido-DF), 6, e Fernando Collor (Pros-AL), 3.

Renan Calheiros (MDB-AL) retirou a candidatura durante

a segunda votação em cédulas, após a anulação da primeira votação, mas obteve ainda cinco votos. Quatro senadores não votaram.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, parabenizou Davi pelo Twitter e disse que seu desafio será “transformar em ações o sentimento de mudanças que a população expressou nas últimas eleições”.

O mandato de Davi à frente da Presidência do Senado vai até 31 de janeiro de 2021. Ele não

poderá concorrer à reeleição, pois a Constituição proíbe a recondução dentro da mesma legislatura.

A legislatura é o período de quatro anos coincidente com o mandatos dos deputados federais. A 56ª legislatura, que começou com a posse dos novos senadores e deputados federais na sexta-feira, compreende os biênios de 2019–2020 e 2021–2022, terminando em 31 de janeiro de 2023.

Como presidente do Senado,

Davi comanda também o Congresso Nacional e é o terceiro na linha sucessória do presidente da República, atrás do vice-presidente da República e do presidente da Câmara.

## Disputa

A segunda reunião preparatória foi presidida pelo senador José Maranhão (MDB-PB), mais idoso da Casa, que comunicou ao Plenário o recebimento de ofício do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, anulando a votação do dia anterior, que, por 50 votos a 2, determinara o voto aberto na eleição para presidente do Senado. Na decisão, lida na íntegra pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Toffoli obrigou o Senado a escolher seu presidente por voto secreto.

Os senadores optaram por respeitar a decisão do ministro e determinaram que a escolha do presidente se daria por meio de cédulas e não em votação eletrônica no painel. Mesmo assim, a decisão de Toffoli foi criticada por diversos senadores, que a entenderam como interferência do Judiciário no Legislativo.

Na primeira votação, a conta-



Eleito no sábado com 42 votos, Davi Alcolumbre tem 41 anos de idade e é o presidente mais novo da história recente do Senado

gem dos votos depositados na urna revelou 82 cédulas, duas delas sem envelopes. Os senadores decidiram anular os votos do primeiro escrutínio e fazer nova votação. As 82 cédulas da primeira votação foram trituradas sem serem apuradas.

A eleição começou com nove candidaturas, mas os senadores Alvaro Dias (Pode-PR), Major Olímpio (PSL-SP) e Simone Tebet (MDB-MS) acabaram por retirar suas candidaturas antes da votação, em favor de Davi. Renan retirou a sua durante a segunda votação, criticando a abertura do voto, pois diversos senadores mostraram suas cédulas ao Ple-

nário ou declararam seus votos ao microfone.

## Biografia

Aos 41 anos, Davi é o senador mais novo a ser eleito presidente do Senado nas últimas décadas. Em 1971, Petrônio Portella assumiu seu primeiro mandato como presidente do Senado com 45 anos. Desde então, todos os presidentes eleitos do Senado tinham mais de 49 anos completos quando assumiram o cargo.

David Samuel Alcolumbre Tebelem nasceu em 1977, em Macapá, e é empresário. Começou na política no PDT, ao se eleger vereador de Macapá em 2000.

Também foi secretário de Obras do município. Em 2002, foi eleito deputado federal, sendo reeleito em 2006 e em 2010. Desde 2006, é filiado ao DEM, do qual é um dos vice-presidentes.

Em 2014, foi eleito senador, com 36,26% dos votos válidos. No Senado, foi coordenador da bancada do Amapá, presidiu a Comissão de Meio Ambiente, participou da Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial e foi relator do Orçamento em 2018 na área da educação. Ano passado, candidatou-se ao governo do Amapá. Seus suplentes são Josiel (DEM) e Marquinho (DEM).

## Novo presidente promete acabar com votações secretas

Davi Alcolumbre (DEM-AP) foi empossado presidente do Senado no sábado e prometeu trabalhar pelo fim do voto secreto nas deliberações.

— No que depender da minha condução, esta será a derradeira sessão do “segredismo”, do conforto enganoso do voto secreto. Não devemos temer a crítica das ruas: devemos ouvi-la com atenção e acolhê-la com humildade.

Ele afirmou que vai dividir a responsabilidade de comandar

a Casa com os colegas e pediu o apoio de todos na função.

O novo presidente citou as reformas políticas e econômicas que o Congresso deverá votar nos próximos meses, classificando-as como assuntos de urgência para o futuro.

Após duas sessões atribuladas para a eleição do novo presidente, Davi procurou adotar uma posição agregadora. Ele cumprimentou nominalmente todos os demais candidatos na eleição e assegurou que

não levará as discordâncias do processo eleitoral para a sua gestão à frente do Senado.

— A condição de adversário é passageira, e permanentes são as instituições. Não conduzirei um Senado de revanchismo. Meus adversários terão de minha parte disposição para o diálogo, cooperação e deferência.

O novo presidente também agradeceu aos senadores que retiraram os nomes da disputa para apoiá-lo.

## Apoio às reformas foi ponto em comum de quase todas as candidaturas

O número de candidatos à Presidência do Senado — nove — tornou a eleição do sábado uma das mais disputadas da Casa.

A defesa da reforma da Previdência e a independência do Senado foram temas comuns a quase todas as candidaturas.

O primeiro a subir à tribuna para apresentar suas propostas foi Fernando Collor, com críticas à judicialização da política, que, segundo ele, prejudica a capacidade do Parlamento de exercer suas funções e mina a credibilidade da instituição para o exercício da democracia representativa.

— Não podemos aceitar a criminalização da política. Muitas questões levadas à judicialização decorrem de deficiências na legislação por nós elaborada. Precisamos trabalhar com mais afinco para elaborar leis mais efetivas. Assim teremos um ordenamento jurídico moderno e coerente, apto a alavancar o desenvolvimento do Brasil — afirmou.

Já Reguffe prometeu uma Casa mais eficiente, mais transparente e mais enxuta. Para ele, o Senado não deve ser um instrumento de barganha, nem um obstáculo para o desenvolvimento do país ou “um puxadinho do Executivo”. — O Senado não pode ser um clube. O Senado precisa mudar,

precisa ser uma instituição mais transparente e que custe muito menos ao contribuinte brasileiro — declarou.

O senador afirmou ainda que vai pautar as reformas política e tributária e disse que vai dar atenção a temas importantes para a sociedade brasileira.

Apoio a mudanças estruturais também foi promessa do candidato Angelo Coronel. Ele se comprometeu a dar celeridade às reformas e prioridade à votação de projetos apresentados por parlamentares. Para Coronel, o cargo exige coragem e serenidade.

— É preciso ser firme, ter conhecimento e acima de tudo ter palavra e não ser subordinado — disse o senador. — Precisamos resgatar a imagem do Senado — disse.

Coronel defendeu ainda a harmonia e a independência entre os Poderes. Mas ponderou que “independência não significa oposição”. O senador disse que o Brasil precisa urgente que as reformas sejam aprovadas

Quarto candidato a apresentar suas ideias, Davi Alcolumbre disse que o Senado precisa reconquistar a sua imagem junto à população “pelo exemplo”. E pediu aos colegas apoio em favor da mudança.

— Minha candidatura é sobre-



Collor, Reguffe, Coronel e Amin apresentaram suas propostas como candidatos

tudo uma forma de esperança, após ciclos de crises políticas e econômicas. Estou certo de que somos livres para recomeçar.

Ele prometeu escorar sua gestão em quatro pilares: independência, transparência, austeridade e protagonismo. O senador incentivou o Senado a “não se omitir” e a superar costumes que, na sua avaliação, fizeram os políticos perderem credibilidade com o povo.

Esperidião Amin se apresentou como alternativa para o voto livre e consciente “de quem quer verdadeiramente mudar” e disse que era candidato em nome “da liberdade e da dignidade”. O candidato lembrou que, quando ficou sem mandato, procurou estudar, fazendo mestrado e doutorado. E acrescentou que tem qualidade ética e moral, além de competência, para participar de um esforço coletivo “para tirar do chão” a política e o Parlamento.

Para o senador, a política feita

fazemos nada para o Senado Federal. O Senado Federal é que tem de servir ao país — disse.

Simone defendeu ainda que o Senado trabalhe no combate ao desemprego e à informalidade e também que avance na pauta econômica, com a redução do déficit fiscal, e na luta contra a violência.

Presidente do Senado por quatro vezes, Renan Calheiros (MDB-AL) defendeu o papel do Congresso na aprovação das reformas institucionais e no equilíbrio entre os Poderes. E ainda ressaltou o trabalho que realizou à frente da Casa.

O senador defendeu o voto secreto para as eleições e citou algumas iniciativas que implementou no Senado quando foi presidente, a exemplo da Agenda Brasil, conjunto de propostas voltadas à retomada do crescimento do país. Ele reafirmou sua intenção de tornar a Casa “o órgão mais transparente do Brasil”, pela criação de um conselho com participação da sociedade civil. E defendeu uma profunda reforma na Previdência Social.

— O Brasil não vai a lugar nenhum se não fizer uma reforma profunda, para valer. É a reforma que aproxima os sistemas privado e público e é uma reforma que tenha como princípio o combate ao privilégio que faz este país andar para trás — avaliou o senador Renan Calheiros.



Renan, Simone, Alvaro e Major Olímpio: renúncia dos 3 últimos foi em favor de Davi

## Senadores desistem de concorrer à Presidência durante a sessão

Após desistir da candidatura à Presidência do Senado, cargo que disputaria pela quinta vez, Renan Calheiros criticou o que chamou de “processo não democrático” na segunda votação. A expectativa dele era ter quatro votos entre os tucanos:

— O PSDB anunciou agora que estava abrindo o voto para retirar, contra decisão do Supremo, qualquer possibilidade de termos os votos de José Serra e de Mara Gabrilli. O Flávio Bolsonaro, diferentemente do que fez na votação anterior, abriu o voto!

Ele não foi o único a desistir de concorrer. Simone Tebet retirou sua candidatura antes mesmo de começar o processo, a pedido de Davi Alcolumbre.

— A Presidência não é um fim em si mesma, o mais importante é a renovação e a alternância de poder — afirmou.

Também renunciaram os senadores Alvaro Dias e Major Olímpio.

— A renúncia é em respeito ao Brasil. Não quero ser acusado depois de ser responsável pela eleição de Renan Calheiros, ao dividir os votos no campo da mudança — disse Alvaro.

Major Olímpio alegou que o governo vai precisar contar com a instituição para reconduzir o Brasil ao que o “povo quer, espera e merece ter”. — Retiro minha candidatura e passo a me alinhar a todos aqueles que querem as mudanças de que o país precisa. A população brasileira está sangrando literalmente de todas as formas. Teremos embates, e democracia é isso, mas que não fique nenhuma marca neste momento que possa ser um entrave à construção de mudanças necessárias.

## Forma de votação foi definida na madrugada do sábado

O impasse sobre a forma de eleição para a Presidência do Senado só foi resolvido no sábado de madrugada, poucas horas antes do pleito. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, decidiu que a eleição teria votação secreta. Ele aceitou pedido encaminhado pelos partidos Solidariedade e MDB. Toffoli anulou decisão tomada na sexta-feira pelo Plenário, que, por 50 votos a 2 e 1 abstenção, estabeleceu o voto aberto para a eleição — 28 senadores não votaram.

O ministro do Supremo foi o plantonista do fim de semana no STF. Por isso, coube a ele decidir sobre o pedido do Solidariedade e do MDB. Toffoli escreveu que a votação secreta para eleições internas nas Casas legislativas do país podem ser observadas em distintos parâmetros, não apenas no Brasil.

Ele também definiu que a presidência dos trabalhos passasse do senador Davi Alcolumbre — último remanescente da Mesa anterior — para o senador mais idoso da Casa, José Maranhão (MDB-PB).

## Impasse

A eleição do novo presidente do Senado estava marcada para sexta-feira, após a posse dos novos senadores. Mas depois de cinco horas de discussão, foi adiada para a manhã do sábado. O impasse se deu em torno da decisão pelo voto aberto, tomada pelo Plenário. Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP),

Lasier Martins (PSD-RS), Jorge Kajuru (PSB-GO) e Selma Arruda (PSL-MT) pediram a decisão do Plenário sobre a adoção do voto aberto.

Os senadores contrários à proposta, como Renan Calheiros, Eduardo Braga (MDB-AM), Humberto Costa (PT-PE) e Kátia Abreu (PDT-TO), argumentaram que o Regimento Interno do Senado define votação secreta, a não ser por decisão unânime do Plenário. Além disso, pediram a Davi que assumisse ser candidato a presidente, e não mais presidisse a sessão.

Após a decisão do Plenário em favor do voto aberto, Kátia Abreu chegou a tomar das mãos do senador uma pasta com documentos relacionados à votação.

— Você acha que pode presidir a sessão e ser candidato, meu amigo? — disse a senadora.

Kátia e outros senadores reivindicavam que a Presidência fosse repassada ao senador mais idoso, José Maranhão.

Por sua vez, Lasier Martins disse que a Constituição não previu expressamente entre as votações secretas a eleição da Mesa do Senado. E o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) enumerou situações em legislações anteriores, nas quais decisões por maioria no Plenário levaram a votações abertas. E em que eventuais candidatos à Presidência do Senado presidiram sessões preliminares.

O senador Eduardo Braga defendeu a votação secreta.

## Decisão de Toffoli repercute mal entre parlamentares

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, de anular a escolha pelo voto aberto na eleição para a Presidência do Senado foi recebida com críticas de parte do Plenário. Parlamentares favoráveis à abertura do voto manifestaram desconforto com a intervenção, que veio durante a madrugada.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) questionou a iniciativa de se recorrer ao tribunal para alterar uma deliberação dos senadores.

O senador insistiu no uso de cédulas individualizadas de votação para o pleito, em vez do painel eletrônico. O mesmo fez Simone Tebet, que argumentou que as cédulas permitem que os senadores exponham seus votos se assim o preferirem.

Major Olímpio observou que a decisão citava nominalmente José Maranhão como condutor da sessão de sábado.

— Seria a determinação judicial para que o mais idoso presidisse ou é uma determinação ao senador José Maranhão? Se o senador entendesse de não

assumir os trabalhos, haveria uma condução coercitiva?

Jorge Kajuru (PSB-GO) também criticou a decisão, afirmando que ela contraria o espírito da vontade popular.

Eduardo Girão (Pode-CE) foi mais um que criticou Toffoli por agir “na calada da noite”. O senador também denunciou que havia documentos apócrifos nas mesas de alguns senadores afirmando que o parlamentar que declarasse voto ou mostrasse a cédula preenchida poderia sofrer processo de cassação.

Lasier Martins, e Marcos Rogério (DEM-RO) também reclamaram do documento apócrifo. Fabiano Contarato (Rede-ES) afirmou que já estava passando da hora de o Senado “fazer uma faxina moral”.

Selma Arruda defendeu o voto em cédula para que os senadores pudessem mostrar de que maneira votaram.

## Voz dissonante

Eduardo Braga pediu a votação em urna eletrônica, o que não tiraria o direito de cada um declarar seu voto.

Para ele, qualquer mudança no rito deveria ser discutida como proposta de emenda à Constituição. Humberto Costa também defendeu que uma eventual mudança teria de passar pelo processo legislativo.

Jayme Campos (DEM-MT), classificou a discussão como um espetáculo vergonhoso. E Alvaro Dias sugeriu que a presidência fosse passada ao senador José Maranhão, mas com o compromisso de que a decisão pelo voto aberto fosse respeitada. Ele foi seguido por vários senadores.

## Edital

A questão sobre a forma de votação para escolha do presidente do Senado estava em discussão desde dezembro, quando o senador Lasier Martins pediu ao STF que determinasse a votação aberta. Em liminar, o ministro Marco Aurélio Mello acatou o pedido, mas a decisão foi derrubada em janeiro por Toffoli. A questão acabou desaguardando no Plenário do Senado na tarde da sexta-feira, após a posse dos novos senadores. Poucas horas antes, o senador Davi Alcolumbre, que estava no exercício interino da Presidência do Senado por ser o último remanescente da Mesa anterior, revogou edital da Secretaria-Geral que regulamentava os procedimentos para as reuniões de posse e de eleição, incluindo a previsão de votação secreta. Ele explicou que presidiria os trabalhos e que proporia os ritos.



Maranhão conduz a sessão que escolheu o novo presidente da Casa

— Não é possível que 81 homens e mulheres que compõem o Senado precisem mostrar o voto a alguém sob a suspeita de não estarem votando naquilo que o outro quer que votem.

José Maranhão disse que não havia impedimento para que a votação fosse em cédulas, mas lembrou que Mara Gabrilli (PSDB-SP), tetraplégica, teria dificuldade de votar secretamente dessa maneira, por que o sistema eletrônico permite a votação com movimentos de cabeça e na votação com cédula ela teria de ser assistida. A senadora não se opôs à votação em cédula, já que pretendia declarar o voto.

# Após 18 anos, DEM retorna à Presidência do Senado

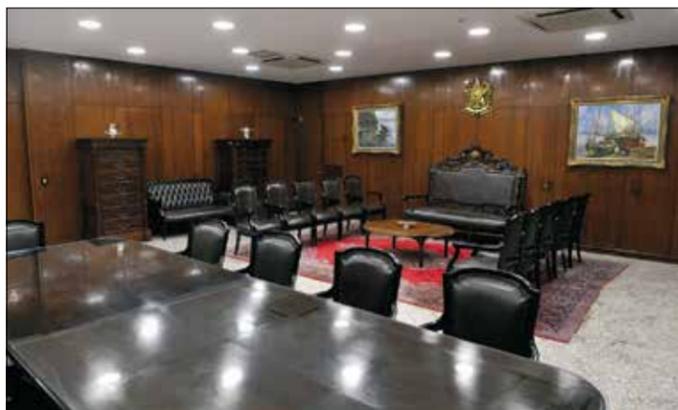
Nos últimos 34 anos, desde a redemocratização, o MDB só não presidiu o Senado em dois mandatos. A eleição de Davi Alcolumbre foi a primeira em que o vencedor não teve apoio da maior bancada

A ELEIÇÃO DO senador Davi Alcolumbre para a Presidência do Senado no sábado marca o retorno do DEM ao comando da Casa depois de 18 anos. É a primeira vez, no período democrático, que um candidato eleito para comandar a Casa não tem endosso da maior bancada, no caso, a do MDB, com 13 parlamentares.

Dos 34 anos desde a redemocratização do Brasil, em 1985, o MDB presidiu o Senado durante 30 anos. O único outro partido a ser eleito para a Presidência foi justamente o DEM, que à época tinha o nome de PFL.

O MDB ganhou 17 das 20 eleições para o comando do Senado desde a redemocratização, sendo 15 regulares e 2 especiais (para completar mandatos interrompidos pela renúncia do presidente eleito ao início da legislatura). No mesmo período, seis partidos diferentes comandaram a Câmara dos Deputados e cinco conquistaram a Presidência da República.

A única interrupção na sequência de eleições de



Sala da Presidência do Senado: cadeira foi ocupada pelo MDB por 30 anos

emedebistas para comandar o Senado se deu entre 1997 e 2001. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), morto em 2007, foi eleito presidente duas vezes naquele período. No segundo pleito, entretanto, ele tinha o apoio do então PMDB.

O que ajudou o partido a assegurar o comando da Casa por tanto tempo foi o fato de o MDB ter, consistentemente, a maior bancada dentro do Senado. Uma das exceções ocorreu em 1997, quando tinha um senador a menos do que o PFL, e o resultado foi a primeira vitória de ACM, re-

presentante da maior bancada.

A outra exceção foi em 1985, ano que marcou tanto o retorno de um civil ao governo quanto o início da hegemonia do MDB no Senado. O partido tinha 25 senadores, bancada igual à do então PDS. Na eleição da Mesa, entrou em ação a mesma aliança que havia colocado Tancredo Neves e José Sarney no Palácio do Planalto. Com o apoio do PFL, o sul-mato-grossense José Fragelli (PMDB), que chegara ao Senado como suplente, derrotou Luiz Viana Filho (PDS-BA) — presidente da Casa entre 1979 e 1981.

## Eleição dos demais cargos da Mesa será na quarta-feira

Depois de mais de oito horas de reunião preparatória no sábado, os senadores adiaram para esta semana a escolha dos demais integrantes da Mesa. Os cargos de primeiro e segundo vice-presidentes, além de quatro secretários e quatro suplentes, serão eleitos na terceira reunião preparatória do Senado marcada para quarta-feira, às 15h. O mandato dos novos ocupantes da Mesa será de dois anos.

As atribuições da Mesa do Senado estão previstas na Constituição federal e no Regimento Interno do Senado. Na ausência do presidente, cabe ao primeiro e ao segundo vice-presidentes substituí-lo, nessa ordem.

Ao primeiro-secretário compete rubricar a listagem especial com o resultado da votação feita por sistema eletrônico, ler em Plenário a correspondência oficial recebida pelo Senado e todos os documentos que façam parte do expediente da sessão. Além disso, ele assina e recebe a correspondência do Senado e é responsável pela supervisão das atividades administrativas da Casa, entre outras competências.

O segundo-secretário é in-

cumbido de lavar as atas das sessões secretas, proceder-lhes a leitura e assiná-las depois do primeiro-secretário.

O terceiro e quarto-secretários são responsáveis por fazer a chamada dos senadores, nos casos previstos no Regimento, contar os votos e auxiliar o presidente na apuração das eleições.

Os quatro suplentes de secretários substituem os secretários, na ausência destes.

### Comissão Diretora

Os senadores eleitos para a Mesa integram também a Comissão Diretora da Casa, órgão que trata das questões administrativas, da organização e do funcionamento do Senado.

Além disso, é da responsabilidade da comissão dar redação final às propostas de iniciativa do Senado e aquelas originadas na Câmara dos Deputados e alteradas por emendas aprovadas pelos senadores.

A Comissão Diretora é encarregada ainda do exame de requerimentos de tramitação conjunta de propostas correlatas e de recursos a decisão do presidente do Senado vinculando projetos com conteúdo similar.

## Rodrigo Maia é eleito para novo mandato como presidente da Câmara

Pela terceira vez consecutiva, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) vai ocupar a Presidência da Câmara dos Deputados. Ele foi eleito em primeiro turno para o biênio 2019-2020, com 334 votos.

Maia derrotou outros seis candidatos que concorreram como avulsos: Fábio Ramalho (MDB-MG), JHC (PSB-AL), General Peternelli (PSL-SP), Ricardo Barros (PP-PR), Marcel Van Hattem (Novo-RS) e

Marcelo Freixo (Psol-RJ). Maia foi candidato oficial do bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC e PMN.

A primeira vez que ocupou a Presidência foi em 2016, eleito para um “mandato-tampão”

de seis meses, em substituição a Eduardo Cunha, que havia sido eleito para o biênio 2015-2016. Cunha foi afastado pelo Supremo Tribunal Federal, renunciou ao cargo e depois foi cassado pela Câmara. Em fevereiro de 2017, Maia se elegeu para um mandato de dois anos.

Atualmente no sexto mandato como deputado federal, Maia já foi líder do partido, presidente da Comissão Especial da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e relator de diversos projetos, entre eles a reforma política em 2015. Nascido em 1970, ele já foi secretário de Governo na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Da Agência Câmara

## Major Olimpio cobra apuração sobre votação anulada

O senador Major Olimpio (PSL-SP) cobrou investigação do que chamou de “fraude”, que teria ocorrido na primeira votação para presidente da Casa, quando foi encontrada uma cédula a mais na urna.

— Já solicitei as imagens de circuito interno e da TV Senado. Queremos encaminhá-las ao Ministério Público para uma denúncia-crime contra quem patrocinou essa fraude, que foi mais uma desmoralização para o Senado — afirmou.



Eleito com 334 votos, Rodrigo Maia concorreu à presidência da Câmara com outros seis candidatos avulsos

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre

Os demais membros da Mesa do Senado para os anos de 2019 e 2020 ainda não foram eleitos.

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Volta dos trabalhos tem 23 MPs para votação

Medidas provisórias assinadas por Bolsonaro tratam de redução de ministérios, regras de pensão por morte e gratificações de requisitados pela Advocacia-Geral da União

O CONGRESSO NACIONAL volta aos trabalhos hoje com 23 medidas provisórias (MPs) pendentes de votação. Do total, 3 estão na pauta da Câmara, 13 aguardam deliberação em comissões mistas e 7 aguardam designação de deputados e senadores para compor os colegiados. Não há textos em aberto no Plenário do Senado.

Jair Bolsonaro assinou 3 das 23 medidas provisórias. A MP 870/2019 estabelece uma nova organização para os órgãos da Presidência da República e reduz de 29 para 22 o número de ministérios. Já a MP 871/2019 altera as regras de concessão de pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria rural para economizar R\$ 9,8 bilhões. A MP 872 /2019 amplia para até 4 de dezembro de 2020 o prazo de pagamento das gratificações de representação de gabinete e temporária destinadas a servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União (AGU)

As outras são remanescentes do

governo anterior. Destaque para a MP 863/2018, que abre o setor aéreo ao capital estrangeiro.

As medidas provisórias têm força de lei e produzem efeitos jurídicos imediatos, entrando em vigor assim que publicadas. Para serem convertidas definitivamente, elas precisam ser aprovadas por uma comissão mista e pelos Plenários da Câmara e do Senado. O prazo de vigência é de 60 dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Se não for votada em até 45 dias, a MP entra em regime de urgência e tranca a pauta da Casa onde estiver.

Das 23 MPs, 5 já estão em regime de urgência. Duas delas perdem a validade em fevereiro, e três, em março.



Antônio Miliani/ABr

Aeroporto em Manaus: MP que abre setor aéreo ao capital estrangeiro é um dos itens

## Fases de tramitação de uma medida provisória



## Congresso analisa primeiros vetos de Bolsonaro em fevereiro

São 17 os vetos presidenciais esperando deliberação do Congresso Nacional, sendo 7 deles os primeiros assinados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

Dos 11 vetos ainda da gestão Michel Temer, 5 já foram votados e mantidos pelo Congresso Nacional no fim de 2018. No caso dos outros seis, falta apenas os parlamentares apreciarem dispositivos destacados para votação em separado, o que deve ocorrer antes do Carnaval.

Os vetos 19, 20, 22, 29, 33 e 38, todos de 2018, foram mantidos, faltando os destaques. Esses destaques, mais o Veto 25/2018 (sobre segurança pública), trancam a pauta de votações do Congresso. Do governo anterior há ainda os vetos 40, 41 e 42.

Dois dos vetos feitos por Bolsonaro são totais. O Veto 4 atingiu o projeto que regulamenta o pagamento com cheques. Segundo o governo, a proposta poderia prejudicar o cadastro positivo.

O Veto 6 considerou inconstitucional o projeto que define a área de atuação do profissional responsável pela aplicação e retirada de

gesso e outras imobilizações ortopédicas, como talas. O veto total foi recomendado pelos Ministérios da Saúde e da Economia para “evitar o cerceamento do exercício das atividades mencionadas no projeto por outros profissionais que executem funções similares, preservando-se o direito constitucional ao livre exercício profissional”.

Já o Veto 1 cancelou dispositivos da lei que regulamenta a profissão de psicomotricista e autoriza a criação de conselhos federal e regionais de psicomotricidade. Foram vetados todos os dispositivos que definiam as regras para criação e funcionamento dos conselhos da categoria.

### Orçamento

A Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano também teve dispositivos vetados por Bolsonaro (Veto 7). Por “contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade”, foi vetado o item que destinaria R\$ 50 milhões para reestruturação das carreiras e reajustes salariais do Incra. Também foi vetada a destinação de R\$ 10 milhões à criação de um fundo especial para o Conselho

Nacional de Justiça investir em modernização tecnológica de órgãos do Poder Judiciário. Para o Executivo, a destinação, que seria feita no âmbito do Ministério do Planejamento, vai contra o novo regime fiscal e o teto de gastos públicos.

Há ainda o Veto 3, que atingiu a lei que regula a criação de fundos patrimoniais; o Veto 5, que excluiu dispositivos da lei sobre cassação da carteira de motorista em crimes de contrabando; e o Veto 2, que proibiu a criação de benefícios fiscais para empresas que estão na área da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O último veto da gestão de Michel Temer à frente da Presidência da República foi o 42, que cancelou trechos da lei que regulamenta o regime de multipropriedade, quando vários proprietários dividem um imóvel. Um deles tratava da responsabilidade dos multiproprietários em relação ao pagamento dos tributos, contribuições condominiais e outros encargos do imóvel.

O Veto 41 cancelou o dispositivo que tratava de crimes militares na lei que trata da reorganização da Justiça Militar.

O Veto 40 cancelou dez dispositivos acrescentados por parlamentares à medida provisória que criou o novo programa de incentivos fiscais para montadoras de veículos, o Rota 2030.

Um deles previa a suspensão da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de matérias-primas e componentes de automóveis de origem estrangeira importados diretamente pela empresa montadora. A justificativa para o veto foi de que a suspensão do tributo contraria as leis fiscais, pois não está lastreada em estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Temer também vetou a volta

da política de desoneração da folha de pagamentos para o setor moveleiro e de comércio varejista de calçados e artigos de viagem. Em vez de contribuírem com 22% sobre a folha de salários dos empregados para o INSS, as empresas contribuiriam com 2,5% da receita bruta.

A Constituição federal obriga o Congresso Nacional a votar pela manutenção ou derrubada de todo veto presidencial. Após a publicação do veto no *Diário Oficial da União*, a Presidência da República encaminha, em até 48 horas, mensagem ao Congresso, que tem 30 dias corridos para deliberação do veto pelos senadores e deputados.

VETO	LEI	ORIGEM	ASSUNTO
VET 19/2018 *	Lei 13.674	MP 810/2017	Isenção tributária para empresas de TI
VET 20/2018 *	Lei 13.675	PLC 19/2018	Sistema Único de Segurança Pública
VET 22/2018 *	Lei 13.682	MP 812/2017	Fundos constitucionais
VET 25/2018 *	Lei 13.690	MP 821/2018	Segurança pública
VET 29/2018 *	veto total	PLC 76/2018	Microempresas e Simples Nacional
VET 33/2018 *	Lei 13.709	PLC 53/2018	Proteção de dados
VET 38/2018 *	Lei 13.729	MP 842/2018	Programa de Regularização Tributária Rural
VET 40/2018	Lei 13.755	MP 843/2018	Rota 2030
VET 41/2018	Lei 13.774	PLC 123/2018	Justiça Militar
VET 42/2018	Lei 13.777	PLS 54/2017	Regulamentação da multipropriedade
VET 1/2019	Lei 13.794	PLC 74/2018	Profissão de psicomotricista
VET 2/2019	Lei 13.799	PLS 656/2015	Benefícios fiscais
VET 3/2019	Lei 13.800	MP 851/2018	Fundos patrimoniais
VET 4/2019	veto total	PLC 124/2017	Pagamento com cheques
VET 5/2019	Lei 13.804	PLC 8/2018	Cassação de CNH em crime de contrabando
VET 6/2019	veto total	PLC 187/2008	Técnico em aplicação e retirada de imobilizações ortopédicas
VET 7/2019	Lei 13.808	PLN 27/2018	Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019

\* Estão trancando a pauta de votações do Congresso.



Jonas Pereira/Agência Senado

Sete vetos trancam a pauta do Congresso, entre eles o veto total à volta de microempresas ao Simples Nacional

Ricardo Westin

UM DOS RITUAIS políticos mais antigos do Brasil republicano se repetirá hoje. O presidente Jair Bolsonaro enviará ao Congresso um documento longo e minucioso descrevendo o estado financeiro, econômico, político e social do país e apresentando as políticas públicas que o governo priorizará ao longo deste ano. O calhamaço se chama mensagem presidencial.

A tradição anual de remeter a mensagem presidencial ao Congresso foi iniciada em 1890, pelo marechal Deodoro da Fonseca.

O Arquivo do Senado guarda um exemplar de todas as mensagens presidenciais. Juntas, elas formam um compêndio de história que abarca os 130 anos da República. Cada capítulo é narrado pelo presidente da época.

Juscelino Kubitschek usou a mensagem presidencial de 1956 para apontar a industrialização como a política pública mais urgente. Ele disse aos senadores e deputados que era preciso criar incentivos para fábricas de carros e caminhões se instalem no país.

“Essa urgência se torna ainda mais premente à medida que venha a ser executado o programa de governo de ampliação da rede rodoviária nacional e melhorada sua pavimentação”, escreveu JK.

No início de 1964, o Brasil era agitado pelos planos de João Goulart de fazer mudanças estruturais no país, as reformas de base. Elas foram descritas em detalhes na mensagem presidencial daquele ano. Jango pediu ao Congresso, por exemplo, poder para desapropriar terras e

# Palavra do presidente

Arquivo do Senado guarda todas as mensagens presidenciais enviadas pelo chefe do Executivo ao Legislativo, ano a ano, desde 1890. Papéis descrevem situação do país e elencam projetos prioritários para o governo



Em 1909, o senador Ruy Barbosa conduz a sessão destinada à leitura da mensagem do presidente Affonso Penna

destiná-las à reforma agrária.

“O Brasil não mais admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, condenou milhões de brasileiros a condições sub-humanas de existência”.

Duas semanas após a mensagem presidencial ser lida no Congresso, Jango foi derrubado por um golpe que deu início a 21 anos de ditadura.

## Abertura gradual

Passada uma década, o general Ernesto Geisel avisou que finalmente começaria a abrir o regime. Mas sem pressa.

“Envidamos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral”, escreveu em 1975.

Na mensagem presidencial de 1987, superado o período autoritário, José Sarney deu aos congressistas as linhas gerais da Constituição que redigiriam à luz da democracia:

“A elaboração constitucional há de resgatar para a sociedade brasileira uma ordem política estável e participativa, uma ordem social calcada nos princípios da solidariedade e

uma ordem econômica mais justa e sem discriminações”.

As mensagens presidenciais ficaram mais minuciosas à medida que o governo adquiriu novas responsabilidades. O texto inaugural de Deodoro teve 17 páginas. O que Michel Temer redigiu no ano passado, 360 páginas.

No início, os parlamentares se reuniam no Senado para ouvir a mensagem presidencial. Hoje, ela é lida na Câmara, por um deputado. O que se lê é apenas a introdução.

Em 1892, Floriano Peixoto mencionou na mensagem presidencial uma prioridade que só se tornaria realidade sete décadas mais tarde: a mudança da capital do Brasil para o Planalto Central.

Em 1930, Washington Luís se vangloriou dos avanços da nação: “O Brasil progrediu enormemente. Desbastaram-se as suas matas, substituídas por habitadas e ricas culturas”.

A cerimônia de entrega e leitura da mensagem presidencial ocorre em fevereiro e marca a retomada dos trabalhos dos senadores e deputados após o recesso



Charge da revista *O Malho* mostra Wenceslau Braz lendo sua mensagem presidencial em 1917

do fim de ano. O momento não foi escolhido ao acaso. A ideia é que os parlamentares se concentrem desde o início do ano nos projetos de lei ligados à agenda do governo.

## Rito do Império

Em 1925, Arthur Bernardes defendeu o banimento das armas de fogo do país:

“O porte de armas já é proibido pela lei, mas nada lhes veda a importação, o fabrico e a venda. Peço-vos a votação de lei que seja a interdição pura e simples desses instrumentos de homicídio”.

Na mensagem presidencial de 1930, Washington Luís pediu a ampliação do tempo de governo. Para ele, quatro anos não davam para nada:

“O cortejo da campanha presidencial começou em 1928 e se refletiu sobre a tranquilidade do país. Quase dois anos da minha administração ficaram virtualmente suprimidos. O período presidencial, por isso, não deveria ser menor do que seis anos”.

A praxe é que o portador da mensagem presidencial seja o ministro da Casa Civil, e não o

presidente. Houve exceções. Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, e Dilma Rousseff, em 2011 e 2015, atravessaram a Praça dos Três Poderes para entregar os papéis.

As mensagens presidenciais são, na realidade, a adaptação republicana de um rito oriundo do Império, as Falas do Trono. Em cerimônias concorridas, dom Pedro I e dom Pedro II iam ao Parlamento e iam o discurso sobre a situação do país.

## Crítica a d. Pedro II

A mensagem presidencial também teve a missão de apresentar a versão oficial dos golpes de Estado. Foi o que Deodoro fez em 1890, chamando a Proclamação da República de “revolução heroica” e carregando nas tintas contra dom Pedro II:

“Como força impulsora da máquina política, havia a vontade irresponsável do ex-imperador, que, tendo diante de si anulados todos os órgãos de governo consagrados pela Constituição, devia sentir o tédio que a onipotência sem contrastes acarreta. A autoridade fazia rumo para o absolutismo e a tirania”.

Em 1933, Getúlio Vargas atacou a República Velha, derrubada pela Revolução de 1930: “Fechado num círculo de interesses restritos que se confundiam com os da pequena minoria instalada nas posições governamentais, o poder público tornou-se aos poucos alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da nação”.

Em 1965, o marechal Castello Branco escreveu que a “revolução democrática de 31 de março” destituiu Jango para colocar o país nos trilhos:

“Um dos primaciais objetivos da Revolução foi repor o país na sua normalidade constitucional e legal. Normalidade da qual o governo anterior, movido por ideias ou ambições subversivas, se afastara perigosamente, implantando no Brasil o ambiente da agitação e da desorganização administrativa e política que influiu decisivamente para o repúdio nacional que o cercou nos seus dias finais”.

Desde 1890, a tradição da mensagem presidencial só falhou em 11 anos, nas décadas de 1930 e 1940, quando Vargas governou sem permitir o funcionamento do Congresso.

## O que eles escreveram

Alguns dos termos mais usados pelos presidentes nas mensagens ao Congresso

Exército Armada (Marinha)  
Império  
República liberdade  
soldado  
revolução



trabalho ensino  
reforma  
poder serviços  
comércio  
Governo Provisório

investimentos  
ordem crédito  
desenvolvimento  
economia  
preços deficit



## SAIBA MAIS

Veja todas as Mensagens Presidenciais desde 1890: <http://bit.ly/mensagemCN>  
Leia *Arquivo S* a respeito das Falas do Trono: <http://bit.ly/especialFalasTrono>

A seção *Arquivo S*, resultado de uma parceria entre o *Jornal do Senado* e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivos>